



**O MOMENTO HISTÓRICO DO IMPERIALISMO
A ANTESSALA DE UMA ERA DE CATÁSTROFES**

Rodrigo Medina Zagni¹

¹ Professor de História das Relações Internacionais, do curso de Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios – EPPEN - da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP. Historiador bacharel pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e licenciado pela Faculdade de Educação da mesma universidade, concluiu doutorado na linha de pesquisa em Práticas Políticas e Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo. Coordena o Grupo de Pesquisa “Conflitos armados, massacres e genocídios na era contemporânea” (USP, UNIFESP).

RESUMO: Este artigo se propõe a uma breve análise do que constituiu, para a História Contemporânea, uma “era imperialista” a partir de dois recortes cronológicos distintos: o período que se estende de 1880 a 1914; e o período entre 1870 e 1945; marcados por um período de guerras que ocorrem de 1854 a 1879 e nas quais são definidos os processos de unificação nacional de Alemanha, Itália e EUA, inscrevendo as lutas de libertação nacional dos povos dos Balcãs; em seu ocaso desembocam na Grande Guerra (na primeira hipótese) ou nas “Grandes Guerras Eurasianas” (Primeira e Segunda Guerra Mundial, segunda hipótese).

PALAVRAS-CHAVE: imperialismo, colonialismo, guerra, Partilha da África e economia.

“Os imperadores e impérios eram antigos, mas o imperialismo era novíssimo.”

Eric Hobsbawm²

“Tem-se a impressão de que, nesse momento, a humanidade vivia apenas para produzir e acumular riquezas.”. Max Beer³.

Eric Hobsbawm caracterizou o período que se estendeu de 1875 a 1914 como uma “Era dos Impérios” por ter se desenvolvido, nesse curto espaço de tempo, uma nova forma de imperialismo ainda que os impérios tivessem presença muito mais antiga no Ocidente, mas não apenas por isso, nunca antes a qualidade de “império” foram tantas vezes reivindicadas por governantes que, a fim de demonstrarem sua condição superior de poder, se autodenominaram “imperadores”, sendo reconhecidos por outros governantes como tal. Na Europa, foi o caso dos tradicionais impérios da Áustria, Rússia e Turquia, além dos recentíssimos impérios da Alemanha, que se unificara na forma da autocracia dos *Kaisers*, e da Grã-Bretanha, que se agigantava na condição de império marítimo. No ambiente Extra Europeu, China, Japão e Pérsia sustentavam a condição de impérios orientais enquanto toda a América Espanhola liberta optara

² HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios: 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra, 2008, pp. 92.

³ BEER, Max. *História do socialismo e das lutas sociais*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968, p. 531.

pela condição republicana, o Brasil, caso lusófono, deteve, até 1889, o único imperador de todo o Hemisfério Ocidental.⁴

Esse novo imperialismo consistiu no império colonial, por sua vez produto do desenvolvimento do capitalismo histórico cuja etapa monopolista levou a supremacia econômica e militar dos países que estavam à frente de sua corrida concorrencial, e cuja condição de poder não vinha sendo ameaçada por Estados antagônicos, ao menos até o início dessa nova fase, quando ao menos dois impérios, de novo tipo, emergentes impõem-se como “potências desafiantes”: Alemanha e EUA. Também entre o final do séc. XVIII e primeira metade do séc. XIX, nenhum desses poderes traduziu sua condição de proeminência em conquista formal, submetendo, anexando e administrando regiões distantes aos seus domínios. É entre 1880 e 1914 que esse fenômeno se produz e, nele, a periferia do sistema capitalista passa a ser loteada entre as grandes potências: Alemanha, Bélgica, EUA, França, Grã-Bretanha, Holanda, Itália, Japão. Em termos de conquista direta ou de sua dominação indireta, foram submetidos ao mando europeu regiões inteiras na África e Sul-Sudeste da Ásia; enquanto a América Latina estaria submetida a um tipo ainda mais novo de imperialismo: aquele engendrada por “impérios informais” e cujo mote de dominação não prescindiria, essencialmente, da conquista formal, da ocupação e da administração direta desses territórios, senão na submissão de suas administrações frente ao poder econômico e militar e das pressões políticas exercidas pelo “império informal” para a dominação econômica, controle dos mercados, fluxo de produção e de negócios, nos seus interesses diretos.

Não foi apenas o modelo de expansão e de dominação imperial napoleônica que mostrava-se, ali, superado; mas com o fim do “Segundo Império” francês de Napoleão III e a ausência de Espanha e Portugal da partilha do mundo periférico, apesar de Portugal ter mantido seus principais territórios na África, em Angola e Moçambique, tendo como razão elementar da ausência desses dois últimos o fato de tratarem-se de economias ainda pré-industriais, portanto sem condição alguma de participar da corrida concorrencial capitalista, desvela que o sistema mundial obedecia, inexoravelmente, as etapas do processo de desenvolvimento do capitalismo histórico. A Espanha ainda viria a perder, na Guerra Hispano-Americana que sangrou a

⁴ HOBBSAWM, Eric J. Op. cit. pp. 87-88.

independência de Cuba, em 1898, suas poucas possessões imperiais: Porto Rico e Filipinas, diretamente, para os EUA e Cuba submetida ao mesmo império por via da “Emenda Platt”.

“Duas regiões maiores do mundo foram, para fins práticos, inteiramente divididas: África e Pacífico. Não restou qualquer Estado independente no Pacífico, então totalmente distribuído entre britânicos, franceses, alemães, holandeses, norte-americanos e – ainda em escala modesta – japoneses. Por volta de 1914, a África pertencia inteiramente aos impérios britânico, francês, alemão, belga, português e, marginalmente, espanhol, à exceção da Etiópia, da insignificante Libéria e daquela parte do Marrocos que ainda resistia à conquista completa. (...) Dois impérios praticamente novos foram criados pela conquista francesa da Indochina, iniciada no governo de Napoleão III, e pela conquista japonesa da Coreia e de Taiwan (1895), às custas da China, e, posteriormente, de forma mais modesta, às custas da Rússia (1905).”⁵

Trata-se da “expressão mais espetacular da crescente divisão do planeta em fortes e fracos”⁶ ou, dito noutros termos, da internacionalização da divisão do trabalho social fazendo reproduzir, no sistema interestatal, os antagonismos da luta de classes na cisão irreconciliável entre “Estados proprietários” e “territórios coloniais” ou “semicoloniais”, cuja autonomia era, respectivamente, nula ou relativa.

Aquisições territoriais das grandes potências entre 1876 e 1915	
Grã-Bretanha	10.000.000 Km ²
França	9.000.000 Km ²
Alemanha	2.500.000 Km ²
Bélgica	2.000.000 Km ²
Itália	2.000.000 Km ²
EUA	250.000 Km ²
Japão	250.000 Km ²

Fonte: HOBSBAWM, Eric J. A era dos impérios: 1875-1914. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 91.

⁵ Ibid. p. 89.

⁶ Ibid. p. 91.

Implica dizer que nesse período, praticamente, toda a superfície continental do globo foi reordenada segundo os interesses dessas sete potências, distribuindo ou redistribuindo territórios periféricos ou “não-capitalistas” como territórios coloniais, semicoloniais ou zonas de influência.

Foi o envolvimento da imprensa e das sociedades em geral nas discussões sobre o colonialismo, apenas um dos aspectos das profundas transformações pelas quais passava o capitalismo como sistema mundial, que popularizou o termo “imperialismo” na década de 1890, primeiro para tratar de sua dimensão política e, depois, como fenômeno econômico. Da uma acepção ligada à expansão política e militar dos antigos impérios, o termo agora era alusivo a uma realidade, consubstancialmente, nova.

Desse vigor explicativo despontam as teses leninistas do imperialismo, publicadas em 1916 no clássico “Imperialismo, fase superior do capitalismo” cujo escopo veremos mais, pormenorizadamente, adiante que identificam o colonialismo e a repartição do mundo entre as grandes potências como parte do processo de luta determinada pela fase monopolista do capitalismo financeiro. A mesma rivalidade teria levado à eclosão da Grande Guerra em 1914, portanto, uma guerra imperialista.

Pautado o leninismo numa explicação econômica do imperialismo e o antileninismo na sua negação, contemplando a possibilidade de o capitalismo poder ser dissociado do fenômeno do imperialismo, de acordo com Hobsbawm “[...] ninguém teria negado nos anos 1890, de que a divisão do globo tinha uma dimensão econômica”.⁷

Trata-se, com isso, do processo de consolidação de um sistema de economia-mundo, acelerado nesse período, que passava a interconectar regiões distantes do planeta pela via da divisão internacional do trabalho e, com isso, dos papéis desempenhados por atores dominantes e subalternos dando forma ao colonialismo pela via do imperialismo, numa complexa rede de relações econômicas, gravemente, assimétricas e nas quais a riqueza das nações se fincava na

⁷ Ibid. p. 94.

expropriação da riqueza dos povos, ainda que não estivessem anuladas, senão distensionadas ou agravadas, as contradições internas de ambos os tipos de sociedades.

Essa complexa rede que interconectava regiões distintas foi viabilizada por notáveis avanços técnicos operados, sobretudo, na área dos transportes navegação mercante e rede ferroviária que incorporou uma série de realidades marginais ao sistema mundial e permitiu a quadruplicação das exportações europeias entre 1848 e 1875.

Isso se deve ao fato de que, nos quadros de uma corrida concorrencial capitalista dada nos marcos do industrialismo, os países centrais, europeus, desenvolveram nesse período uma rápida dependência, em termos de aquisição de matéria-prima, mercados consumidores e até mesmo força de trabalho, em relação aos países periféricos que nesse novo momento, com o advento de uma fina malha de transportes, eram acessíveis.

“O desenvolvimento tecnológico agora dependia de matérias-primas que, devido ao clima ou ao acaso geológico, seriam encontradas exclusiva ou profusamente em lugares remotos. O motor de combustão interna, criação típica do período que nos ocupa, dependia do petróleo e da borracha. O petróleo que vinha predominantemente dos EUA e da Europa (da Rússia e, muito atrás, da Romênia) mas os campos petrolíferos do Oriente Médio já era objeto de intenso confronto e conchavo diplomático. A borracha era um produto exclusivamente tropical, extraída com uma exploração atroz de nativos nas florestas equatoriais do Congo e da Amazônia, alvo de protestos anti-imperialistas precoces e justificados. (...) O estanho provinha da Ásia e da América do Sul. Os metais não-ferrosos, que anteriormente eram irrelevantes, tornaram-se essenciais para as ligas de aço exigidas pela tecnologia da alta velocidade. (...) As novas indústrias elétrica e de motores precisavam muito de um dos metais mais antigos, o cobre. Suas principais reservas (...) estavam no (...): Chile, Peru, Zaire, Zâmbia. (...) Havia uma demanda constante e nunca satisfeita de metais preciosos que, neste período, transformaram a África do Sul, de longe, no maior produtor de ouro do mundo, sem contar sua riqueza em diamantes. As minas eram os principais pioneiros da abertura do mundo ao imperialismo, muito eficazes nesse papel, porque os lucros eram suficientemente excepcionais para justificar também a construção de ramais e ferrovias.”⁸.

⁸ Ibid. pp. 96-97.

De acordo com Max Beer, tem-se na História Contemporânea uma “era imperialista” durante o período que se estende de 1880 a 1914 precedida por um período de guerras que ocorrem de 1854 a 1879 e nas quais são definidos os processos de unificação nacional de Alemanha, Itália e EUA, bem como têm curso as lutas de libertação nacional dos povos dos Balcãs. Não se trata, contudo, de processos localizados, isso porque de sua resolução dependeria a era imperialista que se estendeu, em escala crescente, por sobre todos os povos do planeta.⁹

Não apenas a repartição da periferia do sistema capitalista entre as grandes potências, como no caso da partilha da África e da recolonização violenta da Ásia, mas, um surto modernizador, levado a cabo pelas economias centrais nessas realidades periféricas, possibilitou a instalação dos empreendimentos necessários para a exploração econômica de regiões imensas e distantes dos mercados centrais, como a construção de redes de estradas de ferro, linhas de telégrafo, a implementação de maquinarias a vapor e mesmo grandes transportes populacionais, como ocorrera nos EUA com a expansão para o Oeste, reconfigurando paisagens sociais ainda feudais.

O desenvolvimento econômico das principais potências capitalistas, nesse período, é demonstrado por Beer a partir do índice de desenvolvimento da produção das duas mais importantes matérias-primas para a indústria moderna: o carvão e o ferro, bem como a partir da comparação entre o número total da população europeia e a dos EUA no mesmo período, conforme os quadros demonstrativos abaixo:

Extração de carvão (em toneladas)		
Países	1880	1913
Inglaterra	147.000.000	292.000.000
França	19.400.000	41.000.000
Alemanha	59.000.000	277.000.000
Estados Unidos	70.500.000	517.000.000

⁹ BEER, Max. Op. cit. p. 531.

Produção de ferro bruto (em toneladas)		
Países	1880	1913
Inglaterra	7.780.000	10.000.000
França	3.070.000	5.300.000
Alemanha	5.120.000	19.400.000
Estados Unidos	3.840.000	31.500.000

População		
-	1880	1913
Europa	315.000.000	419.000.000
Estados Unidos	51.000.000	105.000.000

Fonte: BEER, Max. História do socialismo e das lutas sociais. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968, p. 532.

Os dados revelam não apenas as posições ocupadas pelas grandes potências durante a era imperialista, mas sobretudo a dinâmica que se deu durante a corrida concorrencial capitalista por uma condição de hegemonia e a partir da qual se assentaria um novo ordenamento internacional.

A Alemanha, cuja extração de carvão era menor que a metade da extração inglesa em 1880 e cuja produção de ferro bruto colocava-a atrás da Inglaterra, quase se iguala a essa no ano de 1913 em extração de carvão e a supera, no mesmo ano com, praticamente, o dobro de toneladas em produção de ferro. Já os EUA saltam de segundo colocado, em 1880, para a condição de extrator de mais do dobro de toneladas do carvão obtido pela Inglaterra em 1913. Somadas as extrações de Inglaterra, França e Alemanha, essas superam em apenas noventa e três milhões de toneladas o total extraído pelos EUA às vésperas da Grande Guerra. No que se refere à produção de ferro bruto os demonstrativos também impressionam, uma vez que os EUA, à frente do último colocado em 1880 (França) em apenas 700.000 toneladas, passa a produzir três vezes mais que a Inglaterra em 1913, com 31.500.000 toneladas.

Porém, o demonstrativo mais significativo, pensando na prosperidade advinda do desenvolvimento econômico durante a era imperialista, está no fato de a população europeia, de 1880 a 1914, ter sido acrescida apenas em torno de 1/3 de seu total, enquanto nos EUA a população, literalmente, dobrou.

Em suma, os dados revelam que durante esse período operou-se, de fato, a passagem da preponderância econômica inglesa para os EUA, seguidos pela Alemanha, cujo desenvolvimento econômico apresentou também índices bastante relevantes.

A fim de caracterizar esse período de profundas transformações como uma era imperialista, Beer, sustentou que o desenvolvimento econômico assistido no centro do sistema capitalista se deu a partir do crescimento abrupto da produtividade do trabalho, por sua vez, em um ambiente laboral, totalmente, carente de regulamentação e no contexto da massiva proletarização de contingentes populacionais inteiros, o que incluía deslocados do campo e em alguns casos de regiões litorâneas. Como resultado, tem-se um descompasso crescente entre oferta e procura, cuja desproporcionalidade é responsável direta por crises econômicas constantes.

Desvelou-se com essas crises fenômenos como a paralisia de setores produtivos e de negócios, o desemprego, a queda abrupta dos preços, não seriam exógenos ao desenvolvimento capitalista, mas seu anverso, mais que isso, as constantes crises econômicas, que rapidamente se tornaram crises políticas e, mais amplamente, sociais, nesse período, preconizavam uma necessidade, o aumento dos mercados.

Isso porque a tendência geral da mecanização das linhas de produção levou à conseqüente queda dos preços, não só de produtos industrializados mas inclusive manufaturados, o que por sua vez, levou à redução da percentagem do lucro obtido pelas classes proprietárias.

Desejosos por manterem suas anteriores proporções de lucro, os proprietários das indústrias viram como solução a ampliação das empresas e de meios para a produção em massa. Logo, para manter-se na corrida concorrencial capitalista, tornava-se necessário dispor de grande capital a fim de aumentar sua capacidade produtiva nos níveis da indústrias de massa, o que levou ou ao desaparecimento ou à associação daqueles que não conseguiram acompanhar dado andamento.

Essa estratégia tinha contudo graves falhas, dentre as quais destacamos a necessidade de aumento do volume de matérias-primas para a indústria, já escassas nos países europeus e cuja quantidade só poderia ser obtida em realidades não capitalistas, periféricas e/ou subdesenvolvidas.

Dessa concatenação lógica, para Beer, resultam;

“[...] a necessidade das possessões coloniais, daí a política colonial, as construções navais, a corrida armamentista, a extensão da potência nacional no exterior, os conflitos diplomáticos e, finalmente, as guerras.”¹⁰.

Com isso, a Grande Guerra, deflagrada em 1914, seria expressão final do processo de desenvolvimento capitalista culminando em guerras imperialistas.

Há ainda outro fator de agravamento em relação ao assédio que se deu sobre realidades não capitalistas; com a elevação do nível da produção e a concentração da massa de lucro nas mãos de poucos capitalistas, capitais cujo rendimento não fosse compensador nos mercados desenvolvidos foram também aplicados nas realidades periféricas e passaram a estar presentes também os empreendimentos de menor vulto. A rapina capitalista contava sobretudo com o fato de, nesses países, o movimento operário ou inexistir ou estar em condições ainda insipientes.

“Para proteger os capitais, que aí são empregados, os Estados capitalistas estendem seu domínio a esses países, ora por meio da conquista direta, ora por meio da “penetração pacífica”. Esta extensão exige igualmente grandes construções navais e armamentos para proteger os capitais colocados e para lutar contra a concorrência dos países rivais. Tais são as causas fundamentais da política imperialista moderna e das guerras mundiais.”¹¹.

Já no entendimento de Sérgio Pistone, o longo período guardado na história para o fenômeno do imperialismo se estende de 1870 a 1945 e marca a transição de uma *pax britânica*,

¹⁰ BEER, Max. Op. Cit. p. 533.

¹¹ Ibid.

no contexto do colonialismo, para tentativas hegemônicas da Alemanha na Europa, berço de potências que submetiam a periferia do mundo ocidental, e Japão, que intentava estabelecer sua hegemonia sobre o mundo oriental. Da passagem do sistema colonial para a obliteração do equilíbrio de poder europeu e asiático, levando-se em consideração ainda a consolidação do capitalismo industrial, tem-se uma profunda crise do modelo de Estado nacional.¹²

Com relação ao capitalismo industrial, é preciso considerar que a contradição essencial instava o fato de que o grupo seletivo de países capitalistas desenvolvidos contava com uma pífia configuração territorial e inexpressiva condição demográfica, para uma produção em massa cujo vulto requeria mercados de dimensões continentais. Da concorrência que se agudizava frente a essa realidade, na disputa por mercados, agrava-se o quadro de violência imperialista ao passo do predomínio das práticas do protecionismo econômico.

Tal recurso foi mais radicalizado por Estados como Alemanha, Itália e Japão, cujas dimensões territoriais eram, drasticamente limitadas, em relação às exigências impostas pelo desenvolvimento econômico. Especificamente, Alemanha e Itália, que ultimaram seus processos de unificação por volta de 1871 e que, com isso, deixaram de participar da expansão imperialista anterior que beneficiara países europeus, encontrando o sistema internacional já partilhado pelas grandes potências e sob hegemonia franco-britânica, a agressividade, o protecionismo e as reivindicações imperialistas fomentaram ultranacionalismos e práticas belicosas que em curto período contribuiriam para que o mundo mergulhasse nas guerras.

É possível traçar, portanto, uma genealogia de uma “Era dos Extremos”, para Hobsbawm referente aos anos de 1914 a 1991, e cuja primeira metade, de 1914 a 1945 se caracterizariam como uma “Era das Catástrofes”, por tratar-se do tempo de desenvolvimento das duas guerras mundiais, e cujo interlúdio apresentou a pior crise já vivida sob o signo do capitalismo. Essa era catastrófica tem como antessala o imperialismo, fase superior ou o ocaso do próprio capitalismo, desde uma perspectiva leninista, mas sobretudo um período de caos sistêmico que redefiniria os ciclos hegemônicos do capitalismo histórico segundo Giovanni Arrighi, marcando o declínio do poder britânico e a ascensão da hegemonia estadunidense.

¹² “Imperialismo”; in: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gian Franco. Op. Cit. p. 619.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEER, Max. História do socialismo e das lutas sociais. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

HOBBSAWM, Eric J. A era dos impérios: 1875-1914. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

